

STMC

SINDICATO DOS
TRABALHADORES DO
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
DE CAMPINAS - SP

Um Sindicato de luta, democrático e independente do governo!

Junho/2013

SEDE: RUA JOSÉ TEODORO DE LIMA, 49, CAMBUÍ, CAMPINAS • FONE: (19) 3236-0665 • SITE: WWW.STMC.ORG.BR

Campanha Salarial 2013 Conquistas históricas e avanços!

O quesito econômico de nossa Campanha Salarial foi encerrado com duas conquistas históricas: integralidade do vale alimentação aos servidores que, até agora, recebiam apenas 50% do valor - representando um ganho de 123,48%, pois o valor do benefício passou de R\$264,00 para R\$590,00 - e a criação do auxílio nutricional aos aposentados e pensionistas, no valor de R\$ 80,00, àqueles que recebem até dois pisos salariais (o que equivale a R\$ 2.295,28 mil);

Essas duas conquistas são frutos da luta organizada e insistente de nosso Sindicato, travada há, pelo menos, 20 anos. Mesmo com todo o empenho das direções que passaram pelo Sindicato e das inúmeras greves que tiveram esses itens na pauta, nenhum governo, até agora, havia sido convencido da justiça dessas reivindicações.

A da integralidade do vale alimentação atingirá, imediatamente, mais de 1100 trabalhadores e permitirá a outros tantos poderem reorganizar suas jornadas de trabalho a partir de suas necessidades profissionais e não de suas necessidades alimentares. Em outras palavras, ninguém mais precisará ter uma jornada maior do que necessita apenas para manter a integralidade do benefício.

Estão nessa situação os professores adjuntos, profissionais da FUMEC, profissionais da Secretaria de Saúde, como os Técnicos em Radiologia, entre outros.

Já a criação do auxílio nutricional aos aposentados e pensionistas possui um significado simbólico e prático sem antecedentes. Simbólico, porque além de ser o primeiro resultado positivo depois de duas décadas de reivindicação, deve ser considerado como um importante rombo numa muralha que teimava em negar aos aposentados esse benefício. É apenas o começo da conquista da isonomia de benefícios entre ativos e aposentados, mas um caminho sem volta. O próximo passo é ampliar esse valor e estendê-lo a todos os aposentados.

Prático, porque, apesar do valor estar muito aquém do reivindicado, ele passa a ser uma realidade monetária a quem, até agora, nada tinha.

De todas as lutas de nossa categoria, o vale nutricional aos aposentados sempre foi a mais difícil, em primeiro lugar porque mais de 90% dos aposentados do país não usufruem desse benefício (fato que sempre serviu de munição para os governos de plantão fecharem as portas a essa reivindicação) e, em segundo lugar, pela dificuldade de superar o sentimento de corporação que os

servidores da ativa sempre acabavam demonstrando quando decidiam sobre a campanha salarial. Historicamente, nunca os servidores da ativa concordaram em manter uma greve apenas pela pauta dos aposentados, e como os aposentados não fazem greve (apesar de sempre presentes e firmes na linha de frente de nossos movimentos), sua luta e reivindicação sempre ficaram fragilizadas.

Além desses dois grandes avanços, houve ainda o reajuste salarial de 6,68%; auxílio alimentação de R\$ 590,00 - o qual representa reajuste de 11,74% -, estendido aos profissionais que recebem 50% do benefício; auxílio nutricional de R\$ 80,00 para aposentados e pensionistas que recebem até dois pisos salariais (o que equivale a R\$ 2.295,28), como ditos anteriormente; e auxílio-funeral de até R\$ 3 mil para a família, em caso de falecimento do servidor ativo ou aposentado. Todos os pontos acordados são retroativos a 1º de maio.

Com relação à Greve, o juiz determinou, atendendo ao pedido do STMC, que não houvesse desconto no salário dos trabalhadores. A reposição deverá ocorrer em 90 dias. Além disso, a PMC se comprometeu a estabelecer, no prazo de 15 dias, o calendário para a discussão das pautas específicas, que não foram discutidas integralmente.

O que foi oferecido antes da audiência de conciliação:

- Reajuste salarial de 6,68%;
- Reajuste de 6,68% do vale-alimentação;
- Vale-nutricional aos aposentados de R\$ 75 a partir de janeiro de 2014;
- Auxílio-funeral de até R\$ 3 mil para a família, em caso de falecimento do servidor ativo ou aposentado;
- Revisão do Bancred;
- Governo havia afirmado à imprensa que descontaria dias parados no salário;

O que conquistamos após audiência de conciliação:

- Reajuste salarial de 6,68%;
- Auxílio alimentação de R\$ 590,00, estendido aos profissionais que recebem 50% do benefício;
- Auxílio nutricional de R\$ 80,00 para aposentados e pensionistas que recebem até dois pisos salariais (o que equivale a cerca de R\$ 2.295,28 mil);
- Auxílio-funeral de até R\$ 3 mil para a família, em caso de falecimento do servidor ativo ou aposentado;
- Revisão do Bancred;
- Não desconto de dias parados no salário;

Independência e unidade para lutar!

DIA A DIA DA GREVE

(27/05) 1º dia

A greve dos servidores municipais de Campinas começou na segunda-feira, 27/05, judicializada. Às 7h30, a oficial de Justiça entregou liminar concedida à PNC que decretava ilegal o movimento e proibiu o Sindicato de impedir "a entrada de pessoas (funcionários ou populares) no Paço Municipal e no Hospital Municipal Mário Gatti".

No entanto, a liminar não vedou a adesão voluntária dos servidores públicos à Greve, nem o direito de Greve.



(28/05) 2º dia

O Departamento Jurídico do Sindicato agiu de forma rápida e, após a notificação da Justiça no dia anterior, contestou a liminar com pedido de reconsideração.

Além disso, o STMC também notificou extrajudicialmente a Prefeitura por assediar moralmente os servidores públicos que aderiram à GREVE. Assédio Moral é CRIME! Também nesse dia começaram as setoriais.



(29/05) 3º dia

O movimento continua! Mesmo judicializada, os servidores públicos comparecem ao Paço Municipal para manter a GREVE e mostrar a força do trabalhador. Nesse dia, a lista de comissionados do governo é divulgada, como foi pedido em Assembleia Geral. Após Assembleia Geral, ficou decidido que a GREVE se manteria e na semana seguinte a tarefa era juntar mais forças para o movimento.



(30/05) feriado

(31/05) feriado
ponto facultativo,
Comando de greve às 8h

(01 e 02/06) final de semana

(03/06) 8º dia

No 8º dia do movimento, os grevistas se uniram para continuar as atividades da GREVE, como as setoriais, importantes para avaliar as ações e verificar como estão as áreas que aderiram à GREVE. Divulgado que a audiência de conciliação na Justiça seria na quarta-feira, 05/06, com apenas um representante da PNC e do Sindicato presentes.



(04/06) 9º dia

Véspera da audiência de conciliação na Justiça: muitos trabalhadores no Paço para discutir os rumos da Campanha Salarial.



(05/06) 10º dia

Dia da audiência de conciliação. Durante a manhã, servidores públicos estiveram no Paço Municipal montando material para as atividades do dia, como protesto contra o atual governo, cartazes, etc. Ainda durante a manhã, juiz decidiu que membros da CPN (Comissão Permanente de Negociação) poderiam participar da reunião, assim como secretários da Prefeitura. A audiência durou quase 5 horas e o juiz decidiu determinar o fim da greve após acordo de conciliação entre as partes.



A QUEM INTERESSA ATACAR O SINDICATO?

A Greve que acabamos de travar foi marcada por dois aspectos: a declaração de sua ilegalidade e a tentativa das oposições de destruir a Entidade Sindical. Na verdade, são dois aspectos que se imbricaram, logo no início do movimento, uma vez que as ditas "oposições" tudo fizeram para forçar o Sindicato a descumprir os ritos legais e colocar a greve em dificuldade.

Quem estava na Assembleia que decretou a greve sabe do que estamos falando. O Sindicato, acompanhado de seu Departamento Jurídico, tentou de todas as formas levar à compreensão de todos que o correto, antes da decretação de greve, seria esgotar o processo de negociação. Tentativas em vão, uma vez que os grupos político-partidários que lá

estavam (PT e Psol) fizeram seus interesses menores falarem mais alto. Ao invés de caminharmos segundo o rito legal, tomamos o outro caminho. Resultado: o principal motivo para a declaração de ilegalidade do nosso movimento foi, justamente, não termos esgotado o processo de negociação.

Se o interesse das oposições era fragilizar o movimento, conseguiram isso antes mesmo dele começar.

O Sindicato, diante de situação judicial desfavorável, teve que caminhar durante a greve com cuidados redobrados, tomando todas as cautelas possíveis para não agravar ainda mais a situação do movimento perante o judiciário. Ao recorrer da liminar que declarou a ilegalidade da greve, o jurídico da entidade

cumpriu o caminho da Lei, buscando provar que a greve, apesar da forma como foi decretada, era justa e estava de acordo com os anseios da categoria, ao mesmo tempo que, como prova do interesse em superar o impasse, se colocou aberto à tentativas de conciliação. Qualquer forma de se conduzir diante do Juiz, diferente dessa, seria infantil e irresponsável.

E as ditas "oposições", o que fizeram? Como se comportaram durante os 10 dias de greve? Apesar da responsabilidade direta pela decisão judicial da ilegalidade, em nenhum momento assumiram seu erro. Pelo contrário, preferiram o caminho do ataque ao Sindicato, esquecendo-se de que o verdadeiro oponente era o Governo, e não o Sindicato. Essas "oposições", em nenhum momento,

assumiram o papel de ajudar a construir a greve, o que cabe a todos aqueles que se anunciam como lideranças sindicais.

Não participaram de nenhum comando de greve, não deram nenhuma contribuição prática ao sucesso do movimento, não paralisaram nem mesmo seus locais de trabalho. Passaram os dias de greve apenas atacando o Sindicato e almejando sua destruição. Comportaram-se como a verdadeira "oposição" que todo patrão gosta - ao invés de atacar o patrão, ataca o irmão, o companheiro de luta, o que está ao seu lado.

Tentaram de todas as formas colocar o Sindicato em dificuldades, inclusive, querendo forçar a entidade a desacatar a autoridade judicial. Quando o Juiz convocou

as partes para tratar da Greve e buscar a conciliação abriu-se a única oportunidade que tínhamos de reverter a decisão de ilegalidade e impedir que os grevistas viessem a ter seus dias descontados. O Sindicato não poderia se negar a isso! E fez o que era certo. O resultado está aí para ser avaliado: apesar de não termos obtido avanço no índice de reposição, avançamos no auxílio alimentação, conquistamos a integralidade desse benefício a mais de 1.100 trabalhadores e obtivemos a histórica conquista do vale nutricional aos aposentados e pensionistas. E os dias parados que o Governo queria descontar, com base na declarada ilegalidade da greve? Teve que aceitar a decisão do Juiz, que determinou o não desconto dos dias parados!

As "oposições", claro, não ficaram satisfeitas. Afinal, elas apostavam no pior, no desconto dos dias parados, no sofrimento dos servidores. Assim, poderiam atacar ainda mais a Entidade Sindical.

A conduta lamentável desses grupos político-partidários, na sua busca insana por enfraquecer o legítimo representante dos servidores municipais, só pode estar à serviço daquele a quem eles fingem se opor: o patrão.



Lutamos e conseguimos: esforço recompensado!



Fernando Henrique Martins

Professor adjunto II de História

"Essa é uma conquista histórica do movimento, que há anos reivindicávamos. Até então, não tínhamos alcançado nenhum resultado semelhante. Para os professores adjuntos significa a quebra de uma armadilha que nos prendia em trabalhar muito além da jornada para conseguir o benefício. Trabalhávamos a jornada em que éramos contratados 100%, mas recebíamos 50% do vale-alimentação. Como se fosse possível alguém comer pela metade ou receber uma cesta básica pela metade. Lutávamos por alimentação integral. Isso é um passo na isonomia e não só aos trabalhadores da Educação, mas Saúde, Operacional e muitas outras áreas que também recebiam pela metade serão beneficiadas. A repercussão foi boa e ajudou muito quem estava sofrendo na pele essa diferença".

Sebastião Pereira de Souza

Aposentado

"Para mim, esse vale - nutricional obtido na Campanha Salarial 2013 significa um ponta pé inicial. Isso há anos, há mais de 10 anos, que temos lutado, empenhados em trabalhar em cima de algo que trouxesse aos aposentados mais qualidade de vida, após anos de dedicação ao serviço público.

Essa direção nos ajudou a dar esse ponta pé inicial, um ponta pé muito certo. E o aumento salarial, avaliando junto com o vale-nutricional aos aposentados, foi uma grande vitória a todos da categoria. É uma vitória, pois esse vale de R\$ 80, para o aposentado, ainda para quem ganha pouco, é um grande passo, é um degrau da escada, para subirmos ainda mais".



Julio Cesar dos Santos

Técnico de radiologia

O vale-alimentação 100% a quem antes ganhava apenas metade foi uma correção de uma injustiça de mais de 20 anos na PMC. isso resgata a dignidade do trabalhador e dará mais condições para que ele possa se alimentar de forma correta e justa. Além disso, também corrige a discriminação na PMC, porque todos os servidores têm o direito de se alimentar igual. Antes não conseguíamos comer direito. Trabalhávamos 100% da jornada e não comíamos 100%. Isso para nós, técnicos de radiologia, foi uma grande vitória. Nós temos a agradecer a direção do Sindicato, a CPN (Comissão Permanente de Negociação) que lutou por nós, e ao governo que também entendeu que isso era algo necessário e precisava de correção.